



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência o Registro de Preços visando a aquisição de roçadeiras, motosserras, motopodas e lavadoras de alta pressão para a Prefeitura Municipal de São Borja.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND.	Quantida de total estimada	Quantidade mínima a ser empenhada	Valor unitário máximo	Valor total estimado por item
1.	ROÇADEIRA LATERAL A GASOLINA POTÊNCIA MÍNIMA 1,7 KW/CV, CILINDRADA MÍNIMA 37,7 CM ³ , FERRAMENTA DE CORTE: TRIMCUT DE 42 MM DE DIÂMETRO COM SAÍDA PARA 2 FIOS/LÂMINA DE 2/3 FACAS 300 MM DIÂMETRO; PESO 7,7 KG; DIÂMETRO FERRAMENTA DE CORTE: 420 MM; EIXO RÍGIDO DE TRANSMISSÃO NA HASTE; COMPRIMENTO TOTAL S/ FERRAMENTA DE CORTE: 177,5 CM; NÍVEL DE PRESSÃO SONORA: 99 DB(A); NÍVEL DE POTÊNCIA SONORA: 110 DB(A); NÍVEL DE VIBRAÇÃO ESQUERDA/DIREITA: 4,2/4,6 (M/S ²), CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO 0,75 l ALIMENTAÇÃO A GASOLINA (MISTURA DE GASOLINA E ÓLEO 2 TEMPOS). O ITEM AINDA DEVERÁ CONTER ÓCULOS DE PROTEÇÃO, FRASCO DE LUBRIFICANTE (MÍNIMO 100ML), PROTEÇÃO PARA TRANSPORTE DAS LÂMINAS, CINTO DUPLO PARA OMBRO, PRATO GIRATÓRIO PARA LÂMINAS, CONJUNTO DE CORTE. MANUAL DE INSTRUÇÕES PORTUGUÊS.	unidade	13	1	R\$ 3.123,58	R\$ 40.606,54
2.	SOPRADOR A COMBUSTÃO MÍNIMO DE 64,8 CILINDRADAS (CM ³), POTÊNCIA MÍNIMA DE 2,8 KW, 1720 M ³ /H VAZÃO DE AR; 106 M/S VELOCIDADE DO AR; 32 (N) FORÇA DO SOPRO; 9,8 KG (PESO SE COMBUSTÍVEL); NÍVEL DE POTÊNCIA SONORA DE 100 DB(A), 75 DB(A) A 15M DE DISTÂNCIA, ALIMENTAÇÃO A GASOLINA (MISTURA DE	unidade	10	1	R\$ 2.520,00	R\$ 25.200,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

	GASOLINA E ÓLEO 2 TEMPOS). MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.					
3.	MOTOPODA 30/12 (CM/POLEGADA) DE TAMANHO DO SABRE; MÍNIMO DE 25,4 CILINDRADA (CM³); POTÊNCIA MÍNIMA DE 0,95/1,3 KW/CV; 7,3KG DE PESO; NÍVEL DE PRESSÃO SONORA: 92 DB(A); NÍVEL DE POTÊNCIA SONORA: 107 DB(A); NÍVEL DE VIBRAÇÃO ESQUERDA/DIREITA: 4,5 - 6,0 / 5,4 - 5,1 (M/S²); ALIMENTAÇÃO A GASOLINA (MISTURA DE GASOLINA E ÓLEO 2 TEMPOS); PASO DA CORRENTE: 3/8" P; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL MÍNIMA: 0,44L; CAPACIDADE MÍNIMA DO RESERVATÓRIO DE ÓLEO: 220ML. O ITEM DEVERÁ CONTER: SABRE DE 30CM / 12", PROTEÇÃO DA CORRENTE, CORRENTE DE CORTE, LUBRIFICANTE 100ML. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.	unidade	7	1	R\$ 1.450,00	R\$ 10.150,00
4.	MOTOSSERRA A COMBUSTÃO. PARA USO PROFISSIONAL, MÍNIMO DE 50,2 CILINDRADAS (CM³), POTÊNCIA MÍNIMA DE 2,60 KW, 3,5 CV; RELAÇÃO PESO 4,9KG, SABRE 40/16 (CM/POLEGADA), CORRENTE 26, PASSO DA CORRENTE 0,325", ALIMENTAÇÃO A GASOLINA (MISTURA DE GASOLINA E ÓLEO 2 TEMPOS); NÍVEL DE PRESSÃO SONORA 99 DB(A), NÍVEL DE POTÊNCIA SONORA 113 DB(A), NÍVEL DE VIBRAÇÃO ESQUERDA/DIREITA 3,6 / 4,1 (M/S²) DENTRO DAS NORMAS ABNT. O ITEM DEVERÁ CONTER: 1 PROTEÇÃO DA CORRENTE, 1 LUBRIFICANTE MÍNIMO 100ML, 1 SABRE R 40CM / 16" 1,6MM/0,063" .325"; 1 CORRENTE 26 RS, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.	unidade	5	1	R\$ 1.848,00	R\$ 9.240,00
5.	MOTOSSERRA A COMBUSTÃO. PARA USO PROFISSIONAL, MÍNIMO DE 59 CILINDRADAS (CM³), POTÊNCIA MÍNIMA DE 3,40 KW, 4,60 HP; RELAÇÃO PESO/POTÊNCIA 1.6 - 1.7 KG/KW, LARGURA DA RANHURA 1.60MM, COMPRIMENTO DO DISPOSITIVO COM BATENTE DE GARRA 440MM, VALOR DE VIBRAÇÃO ESQUERDA/DIREITA 3,6 (M/S²) DENTRO DAS NORMAS ABNT. O ITEM DEVERÁ CONTER: 1 PROTEÇÃO DA CORRENTE, 1 LUBRIFICANTE MÍNIMO 100ML, 1 SABRE R 40CM / 16" 1,6MM/0,063" .325"; 1 CORRENTE 26 RS, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.	unidade	5	1	R\$ 2.214,50	R\$ 11.072,50
6.	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO COMPACTA COM CHASSI DOBRÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, MOTOR POR INDUÇÃO, ROTAÇÃO 3450 R/M, TENSÃO NOMINAL 127/220V, PRESSÃO DE TRABALHO 95/110 BAR, PRESSÃO MÁXIMA 130/160 BAR, VAZÃO MÁXIMA DE ÁGUA 450/580 L/H, PESO MÁXIMO 19,7 KG, POTÊNCIA 1,6/2,3	unidade	20	1	R\$ 1.724,00	R\$ 34.480,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

	KW, NÍVEL DE POTÊNCIA SONORA 80 DB. O ITEM DEVE CONTER: MANGUEIRA A AP DE NO MÍNIMO 8M DE COMPRIMENTO, CABO DE FORÇA DE NO MÍNIMO 5M, 1 PISTOLA, EXTENSÃO DE LANÇA, BICO LEQUE, BICO DE ESPUMA, CONEXÃO PARA MANGUEIRA DE ENTRADA DE ÁGUA. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.					
VALOR TOTAL						R\$ 130.749,04

1.2 O valor estimado total é de **R\$ 130.749,04 (cento e trinta mil, setecentos e quarenta e nove reais e quatro centavos).**

1.3 A pesquisa de preços, realizada de acordo com o Decreto Municipal nº 20.108, de 28 de agosto de 2023, encontra-se em anexo ao processo.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do Registro de Preços é de até 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período na forma dos art. 84 Lei Nº 14.133/2021.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (X) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

4.4.90.52.34.00.00.00 – Máquinas, utensílios e equipamentos diversos

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A prestação do serviço de limpeza urbana pelo município é essencial para a manutenção da saúde pública, ela melhora a qualidade de vida, a segurança, a mobilidade, o bem-estar social e a estética da cidade, além de combater



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

pragas e animais peçonhentos.

O município possui diversas equipes que prestam esse serviço para a comunidade, além das vias públicas, também em escolas, ESFs, praças, parques, entre outros, tornando essencial a aquisição de equipamentos, para cumprirem suas demandas, sendo assim se faz necessário um processo para a aquisição de tais equipamentos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1 A aquisição dos materiais objeto do presente Termo de Referência se constitui em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos.

5.2 Por se tratar de itens comuns, diversas opções são facilmente encontradas no mercado, o que abre uma ampla concorrência para possíveis fornecedores, proporcionado maior competitividade para fornecimento dos itens e consequentemente melhores preços para a Administração.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

6.2 A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos itens fornecidos.

6.3 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

6.4 Após o recebimento da ordem de compra, a contratada deverá proporcionar a entrega dentro do prazo e em local estabelecido no Termo de Referência.

6.5 A contratada deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, inclusive os custos no que tange ao transporte na hipótese de entrega do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

6.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações exigidas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**CAPÍTULO III
DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Fornecimento direto de equipamentos de limpeza urbana para serem utilizados pelas equipes responsáveis da Prefeitura Municipal de São Borja.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

Prazo de entrega de até 20 (vinte) dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

a) Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material, Patrimônio e Documentos, Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7h às 13h e das 14h às 16h, em dias úteis, e-mail dmpd@saoborja.rs.gov.br,

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no TR e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

(X) O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação é de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo.

CAPÍTULO IV

DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.3. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.4. O responsável pela fiscalização do contrato será o servidor Daniel Scalão, Diretor de Serviços Urbanos e Vias Públicas, e seu substituto será o servidor Rafael Nunes Falcão, Serviços Gerais.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 10 dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado mediante empenho, após o recebimento do objeto e apresentação da nota fiscal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

16.2 Os valores contratuais poderão sofrer reequilíbrio devido variação expressiva dos preços praticados no mercado, a fim de manter as condições efetivas da proposta;

16.3 A solicitação do reequilíbrio deverá vir do interessado, Contratante ou Contratada, comprovando a variação expressiva dos preços praticados no mercado durante o período e demonstrando, através de notas fiscais, planilha de custos, pesquisa no mercado local a porcentagem do impacto dessa variação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.2 Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento por menor preço;

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

18.2 AMOSTRA

(x) Não () Sim

18.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(x) Não () Sim



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Para fins de habilitação neste processo licitatório, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto.

Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;

Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial completo (inscrição e suas alterações), no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) prova de Regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) certificado de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;
- g) prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

(CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

() Sim (X) Não

19.2 VISTORIA

(X) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

19.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Não se aplica.

19.4 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Todos os itens a participação é exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

19.5 JUSTIFICATIVA DAS VEDAÇÕES

A vedação quanto a participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

A participação de consórcio é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

20. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

20.1 O valor estimado total é de **R\$ 130.749,04 (cento e trinta mil, setecentos e quarenta e nove reais e quatro centavos).**

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.4.90.52.34.00.00.00 – Máquinas, utensílios e equipamentos diversos

São Borja/RS, 27/04/2026.

Anderson Silva Knapp
Agente Adm. Auxiliar - Dep. de Compras

Secretário de Planejamento

() Defiro

() Indefiro

Prefeito de São Borja/RS